

Reitor não consegue esclarecer acordo fechado com McKinsey e grupos privados

Reitoria assume que “acordo de cooperação e outros documentos foram assinados pela USP”, mas publica apenas os extratos

A divulgação em 19/9, pela Adusp, da denúncia anônima que revelou as tratativas secretas — destinadas a implantar novo modelo de “captação de recursos” e “gestão da universidade” — entre a Reitoria da USP, a consultoria internacional McKinsey&Company, a “organização social” Comunitas e alguns grandes grupos empresariais (Cosan, Itaú, Ultrapar, Natura) surpreendeu a gestão do reitor M.A. Zago e vice-reitor V. Agopyan, obrigando-a a reagir às pressas.

Assim, a Reitoria divulgou, em 20/9, a nota “Universidade anuncia projeto USP do Futuro”, na qual admite estar em curso plano “que visa à melhoria da gestão da Universidade, bem como ao aprimoramento e à ampliação da relação da Instituição com a sociedade e o setor produtivo”. Nessa nota reconhece que o projeto “está sendo desenvolvido pela consultoria McKinsey”; atribui o financiamento a “um pool de ex-alunos da Universidade”, na “forma de doação”; diz que está na “etapa inicial de diagnóstico”; e assegura que “qualquer referência à cobrança de mensalidades não tem fundamento”.

Em 21/9, o Gabinete da Reitoria enviou ao corpo docente da USP uma nova versão da nota, à qual se acrescentou o seguinte parágrafo: “O acordo de cooperação e outros documentos foram assinados pela USP e demais participantes seguindo a tramitação de rotina e com a aprovação dos órgãos competentes da Universidade. Tais documentos estão disponíveis no Portal da Transparência da USP”. Inseriu o link para o Portal, não para os documentos citados, que não estavam disponíveis.

A nota publicada no site da USP passou a exibir idêntico teor. Mas, uma vez que muitos docentes, e até jornalistas interessados no caso, não conseguiam acessar documento algum no Portal, o texto foi novamente atualizado por duas vezes. Chegou



a mencionar que os documentos disponíveis ali “registram as características dos contratos”. Tal frase, porém, e a referência ao Portal, não constam da versão atual da nota.

A Diretoria da Adusp, em réplica publicada na noite de 21/9, apontou as inconsistências do comunicado oficial: “Não explica em que instância da USP foi tomada tal decisão, nem quando, nem por quê. Tampouco explicita o motivo de o projeto não ter sido anunciado antes”. Mais: “Não explica quais são os custos, nem por que razão foi escolhida esta consultoria em especial. Omite que qualquer doação à USP precisa ser aprovada pelo Conselho Universitário” (vide íntegra da nota da Adusp: goo.gl/wOBmMv).

Extratos. Somente em 22/9, igualmente após a denúncia, é que foram publicados no *Diário Oficial do Estado* os extratos relacionados ao processo 2016.1.16201.1.6 (confira aqui: goo.gl/6FKZet). Trata-se de resumos de três documentos firmados entre USP, McKinsey e Comunitas: Acordo de Cooperação, com data de 11/8/16 e vigência de dez meses; Contrato de Prestação de Serviços, assinado em 11/8/16 e vigente por cinco meses; e Termo de Doação, assinado em 28/6/16 e vigente por dez meses.

continua na página 2

A denúncia que abalou a USP

Em 14/9/2016, a Adusp recebeu denúncia anônima de que a Reitoria da USP estaria em tratativas com um grupo de grandes empresários, que teriam contratado a empresa internacional de consultoria McKinsey&Company por intermédio de um “Termo de Doação de Serviços” cuja finalidade seria “criar um novo modelo de captação de recursos e gestão de orçamento para a universidade”.

Segundo a denúncia, haveria “Termo de Doação do trabalho dessa consultoria, no qual a Mckinsey consta como anuente” e a Mckinsey já teria apresentado um plano de 20 semanas de trabalho com objetivo de planejar “o futuro da universidade” e “criar um novo modelo de captação de recursos e de gestão do orçamento”, o que “indica uma possível mudança de legislação, bem como uma possível cobrança de mensalidade em cursos oferecidos pela USP”.

Quem faz a denúncia considera que, “pela magnitude, complexidade e grau de desenvolvimento do projeto em questão”, trata-se “de tema de interesse não apenas de toda a comunidade USP, mas de todo cidadão, cabendo à Reitoria agir com transparência e com o devido respaldo de seus órgãos colegiados”. Pede que a Adusp “cobre da Reitoria providências para que isso assim aconteça” (confira a íntegra em bit.ly/2cXzgfX).

Diante da constatação de que, no dia 5/9/16, a agenda oficial do governador registrou audiência concedida ao reitor e ao vice-reitor da USP, ao coordenador do Projeto “USP do Futuro”, e a representantes da Mckinsey, da Comunitas e dirigentes empresariais, a Diretoria da Adusp protocolou em 19/9/16 ofício ao reitor no qual solicita em termos legais “esclarecimentos sobre o objeto e os termos da relação formal estabelecida com a empresa McKinsey&Company e os grupos empresariais citados, as informações relacionadas ao Projeto ‘USP do Futuro’, o propósito da audiência realizada no Palácio dos Bandeirantes”, bem como outras informações. Até o fechamento desta edição a Reitoria não atendeu ao pedido (vide bit.ly/2dfKkol).

continuação da matéria de capa

O extrato do Contrato de Prestação de Serviços cita, como objeto, “serviços de consultoria que a McKinsey&Company INC. do Brasil Consultoria Ltda irá fornecer em relação do [sic] projeto de criação de um modelo de captação de recursos e aprimoramento da gestão administrativa e financeira, com a anuência da USP”.

A sequência de fatos evidencia o desconcerto da gestão M.A. Zago-V. Agopyan frente à revelação feita pela Adusp, como registrou a Diretoria da entidade: “Que a Reitoria somente tenha anunciado a existência do projeto ‘USP do Futuro’ após a publicação da denúncia é uma confissão de quão obscuros e comprometedores são os arranjos em curso”. Na nota, a Diretoria lembra que a Reitoria “deixou de responder aos questionamentos expressos no ofício encaminhado pela Adusp [em 19/9] e continua devendo amplas explicações à comunidade universitária e à sociedade, em especial sobre a possível vinculação entre esse projeto e a proposta de ‘Nova CPA - Estatuto do Docente’”.

Há indícios de que a contratação da McKinsey pela USP e o projeto cuja arquitetura lhe foi delegada possam atender a finalidades desconhecidas, o que levou a Diretoria da Adusp a propor “a suspensão de qualquer trâmite tanto do projeto ‘USP do Futuro’ quanto da proposta de ‘Nova CPA - Estatuto do Docente’”. Suspeita-se que a insistência da Reitoria em impor, à revelia da legislação, normas internas que lhe permitam tutelar as atividades e os projetos acadêmicos das unidades e dos docentes, com previsão de processos disciplinares sobre os docentes que, no limite, poderão levar à exoneração esteja vinculada a um plano de gestão privada da universidade (leia “Opinião da Diretoria”).

Uma das maiores consultorias do mundo, a McKinsey exerce influência sobre organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e no Brasil sobre esferas de governo de diferentes cores partidárias.

McKinsey & PISA. A educação é um dos setores nos quais essa consultoria opera e a respeito do qual produz alentados estudos e informes. “Venho estudando esta instituição que tem um importante papel na aceitação do PISA na Europa. Ela é uma grande formadora de opinião pública e vem estudando o Brasil já há certo tempo”, declarou ao *Informativo*

OPINIÃO DA DIRETORIA

Tratativas sigilosas e ingerência externa

Os elementos do projeto “USP do Futuro” parecem guardar relação com as iniciativas que a gestão M.A. Zago-V. Agopyan tem adotado e proposto para a USP, sempre baseadas nas premissas de que a universidade poderia prescindir do aumento do aporte dos recursos financeiros repassados pelo Estado; de que seria preciso adequar ou redimensionar a universidade aos recursos disponíveis; e de que a prioridade para mudanças estatutárias e normativas estaria na implantação de procedimentos de “avaliação”, via “Nova CPA”.

Não é de agora que se tem denunciado a crescente privatização da USP por intermédio da atuação de fundações privadas ditas “de apoio”, cursos pagos, convênios com cláusulas de sigilo. No entanto, é notável o modo cada vez mais confortável com o qual são consideradas, defendidas e propaladas propostas de financiamento da USP por outras fontes de recursos, que não as do Estado, graças a parcerias com o setor privado e cobrança de mensalidades.

Será que a Reitoria teria enveredado pela via de, no plano externo, iniciar tratativas sigilosas com representantes de interesses empresariais privados

para que venham a desfrutar de ingerência na gestão e no controle das fontes de recursos que sustentem a USP?

Ao mesmo tempo, no plano interno, em nome da alegada “excelência”, “valorização da docência”, “prestação de contas para a sociedade” estaria tomando providências para implementar mecanismos de controle e avaliação (“Nova CPA”) que sinalizariam, aos grupos empresariais engajados nesse projeto, a segurança de que aquilo que eventualmente negociem com a USP — e ou com o governo estadual — será executado, dado o amplo controle que a Reitoria viria a exercer sobre as atividades e os projetos de seus docentes e unidades?

Ainda há muito que apurar-se. Ao mesmo tempo em que vai se confirmando a denúncia, até o momento a Reitoria não se explicou devidamente nem tornou pública a íntegra de quaisquer dos documentos relacionados ao caso. Portanto, é fundamental que sejam esclarecidas a origem da iniciativa, as responsabilidades internas, e as razões pelas quais as informações a respeito foram omitidas do conhecimento público e das instâncias colegiadas da universidade.

Adusp a professora Sonia Kruppa, da Faculdade de Educação (FE-USP). “A McKinsey&Company se considera a assessoria adequada para produzir acertos na educação e na formação de jovens, adequando-os às exigências do mercado de trabalho!”, adverte.

O PISA, *Programme for International Student Assessment*, “desenvolvido e coordenado” pela OCDE, é definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP-MEC) como “uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países”.

A professora Sônia observa que a McKinsey “vem assessorando o governo do Estado para futuras/próximas reformas educacionais”, e que “cabe levantar a relação entre esta consultoria e o

projeto de ‘reorganização’ da rede estadual de ensino”, que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) tenta implantar desde 2015 — e que, por consistir no fechamento de salas de aula e remoção forçada de docentes e estudantes, gerou comoção e resistência dos secundaristas e da população.

Outro programa implantado na rede, denominado “Educação - Compromisso de São Paulo”, baseou-se em diagnóstico elaborado pela McKinsey entre 2011 e 2012 e “doado” à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) pela “organização da sociedade civil de interesse público” (Oscip) Parceiros da Educação. À época, respondendo a críticas do grupo Observatório da Educação, a SEE-SP emitiu nota em que atribui ao programa o lançamento de “um plano estratégico de longo prazo, não só para guiar as ações da atual

gestão nos próximos anos, mas também para lançar as diretrizes a serem seguidas pela rede estadual paulista até 2030” (goo.gl/5ILTgR).

Alckmin & PSDB. O envolvimento de Alckmin, por meio da audiência que concedeu em 5/9/16 ao reitor, ao vice-reitor e aos demais personagens que representam as instituições envolvidas, sugere interesse direto do governo estadual no assunto. A McKinsey, por sua vez, fez-se representar na ocasião por um time de alto escalão, que incluiu os sócios Patricia Ellen e Roberto Fantoni, o especialista sênior Marcus Frank e ninguém menos do que o presidente da McKinsey América Latina, Nicola Calicchio Neto.

A Oscip Comunitas, cujo papel no projeto “USP do Futuro” carece de maiores explicações, foi criada pela professora Ruth Cardoso (1930-2008) e define-se como “organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país”, o que reforça o viés privatista da iniciativa. Sua presidente, Regina Esteves, foi quem compareceu ao Palácio dos Bandeirantes. A Comunitas ainda não respondeu às questões encaminhadas pelo *Informativo Adusp*.

Entre as empresas parceiras citadas no *site* da Comunitas figuram o Itaú e o Grupo Cosan, ambos presentes à reunião com Alckmin. O Grupo Cosan foi representado por seu presidente, o usineiro Rubens Ometto. Em 2007, a Fapesp anunciou que investiria R\$ 50 milhões nos cinco anos seguintes em pesquisas na área de produção do etanol confiadas à Dedini, empresa do Grupo Cosan (*Revista Adusp* 41, p. 55: bit.ly/2cXyuzz).

A agenda do governador, que é pública, menciona ainda a presença, na audiência, do professor Américo Sakamoto, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP), na condição de “coordenador do projeto ‘USP do Futuro’” (goo.gl/2OZ7Fk). Sakamoto, que é neurologista e prefeito desse campus, foi presidente do PSDB de Ribeirão Preto de 2013 a 2015. O *Informativo Adusp* encaminhou algumas perguntas ao professor, mas sua assessoria de imprensa informou que, “por enquanto”, ele “não vai conceder entrevista sobre o assunto, pois se trata de um projeto institucional”.

Semana de Mobilização aprofunda críticas à “Nova CPA”

Nova CPA “despoja universidade de sua institucionalidade própria”, diz Chauí

Em 16/9, o Auditório da Geografia sediou o debate intitulado “Em defesa da Universidade Pública”, tendo como convidada a filósofa Marilena Chauí, docente aposentada do Departamento de Filosofia da FFLCH. O evento, parte da “Semana de Mobilização e Luta em Defesa da Carreira Docente”, organizada pela Adusp, discutiu a proposta de uma nova Comissão Permanente de Avaliação ou “Nova CPA”. Confira vídeo em bit.ly/2d6sTHU.

A professora iniciou explicando as origens do projeto neoliberal, esboçado por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos que se opunham ao Estado de Bem-Estar Social. Tal grupo desenvolveu um projeto econômico e político, que tinha como objetivo estabelecer um Estado forte o suficiente para “quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, controlar o dinheiro público e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia, [...] um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual, [...] um Estado que se afastasse da regulação da economia”, abolindo o “controle estatal sobre o fluxo financeiro”, através de uma “drástica legislação anti-greve e vasto programa de privatização”.

Dentro desse projeto neoliberal, ciência e tecnologia iriam se tornar forças produtivas, “deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação”. Com isso, muda-se a forma de atuação de cientistas e tecnólogos na sociedade contemporânea, transformando-os em “agentes econômicos diretos”, e tornando os capitalistas detentores do “monopólio dos conhecimentos e da informação”.

Para a professora, no Brasil, tal projeto foi “iniciado nos governos de FHC”, e agora, “à revelia das eleições presidenciais de 2014, é retomado pelo governo de Michel Temer, cujo pressuposto ideológico básico é a afirmação de que todos os problemas e malefícios econômicos, sociais e políticos do país decorrem da presença do Es-



Daniel Garcia

tado”, sendo o mercado o “portador de racionalidade sócio-política e agente principal do bem-estar da república”, o que transparece “na substituição do conceito de direitos pelo de *serviços*, que leva a colocar *direitos sociais* (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de *serviços privados*”.

“Contratos”. Neste contexto, os centros de ensino e pesquisa, como as universidades, passam a ser vistos como organizações sociais que prestam serviços ao Estado, celebrando com ele “contratos de gestão”. “Essa definição da universidade é o princípio que guia as ações propostas pela Reitoria da USP, que confere um sentido bastante determinado à idéia de autonomia universitária, e introduz no léxico universitário termos como qualidade e avaliação e flexibilização da universidade”, reitera Marilena. E quais sentidos seriam esses termos para a atual gestão?

No que concerne à *autonomia universitária*, a Reitoria a enxerga como uma oportunidade de realizar parcerias com empresas privadas, a fim de “cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão”. A autonomia universitária se reduziria “ao gerenciamento empresarial da instituição, e a responsabilidade do Estado é a mesma que tem, por exemplo, com as empresas encarregadas do recolhimento do lixo”.

A *flexibilização* seria o “corolário” da autonomia e significaria “eliminar o regime único, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por contratos flexíveis, temporários e precários”; bem como “separar

docência e pesquisa, deixando a primeira na universidade e deslocando a segunda para centros autônomos de pesquisa”.

A *qualidade* seria medida pela produtividade e seus critérios seriam “quantidade, tempo e custo”, que orientariam os contratos de gestão. “Nos documentos da Reitoria”, sustenta Marilena Chauí, “a docência não entra na medida da produtividade e, portanto, não faz parte da qualidade universitária, o que, aliás, justifica a proposta de mudanças na carreira através de um vocabulário vago e impreciso, qual seja, ‘segundo as normas que regem a atividade docente’, sem que saibamos que normas são essas, ou seja, não há definição de critérios para ‘medir’ a qualidade da docência”.

“Prestar contas”. A professora passou a examinar o termo *avaliação* em profundidade, reconhecendo a necessidade da avaliação das atividades universitárias para “orientar a política universitária do ponto de vista de um saber da universidade sobre si mesma, de seu modo de inserção na sociedade e significado de seu trabalho”; “orientar a análise técnica dos problemas operacionais e financeiros, suprir carências, atender demandas, quebrar bolsões de privilégios e de inoperância”; “prestar contas devidas aos cidadãos”.

Porém, a avaliação proposta pela Reitoria, segundo a docente, “não cumpre nenhuma dessas três finalidades”, porque a universidade “está sendo forçada a renunciar a colocar-se a si mesma como objeto de investigação, criando métodos próprios que permitam elaborar técnicas específicas de auto-avaliação”. Em vez disso, “o

padrão organizacional da pesquisa e dos critérios que a avaliam pela produtividade quantitativa, pela competitividade, pela eficiência e pelo sucesso é a aceitação acrítica e perigosa de critérios não acadêmicos e sociais”.

Geralmente, acrescentou, “os critérios empregados para avaliar a chamada ‘excelência acadêmica’ costumam ser identificados aos indicadores usados para medi-la, pois por ‘qualidade acadêmica’ costuma-se entender o número de teses e de publicações, estágios no estrangeiro e participação em congressos, numa visão simplista da pesquisa, e deixando na sombra a docência, seus problemas e sua qualidade própria, uma vez que o ensino, como observamos, é, agora, considerado tarefa menor e de adestramento, sem qualquer papel formador”.

Marilena Chauí julga que a avaliação docente “despoja a universidade de sua institucionalidade própria”, pois “nada é conseguido como auto-conhecimento da instituição”, que se reduz “a funções operacionais”, nas quais “o resultado avaliativo aparece como um catálogo de atividades e publicações acompanhadas de inexplicados conceitos classificatórios que passa a orientar a alocação de recursos, vagas, concursos etc.”. Além disso, “a prestação de contas à sociedade não se cumpre porque tanto orçamentos quanto execuções orçamentárias são apresentados como números agregados, sem explicitação de critérios, prioridades, objetivos e finalidades e sem explicitar publicamente os convênios privados: montante dos recursos, destinação, prazos das pesquisas, usos dos resultados etc”.

Semana de Mobilização aprofunda críticas à “Nova CPA”

Debatedores denunciam caráter político da proposta da Reitoria

A avaliação da educação “tem sido usada como um instrumento para legitimar políticas de reformas desde as últimas décadas do século XX”, de modo a permitir a substituição do Estado de Bem-Estar Social por um Estado Neoliberal. Sistemas de avaliação passaram a ser utilizados como mecanismos de “controle dos sistemas educativos”, que supostamente apresentariam resultados “confiáveis”, “neutros” e “objetivos”.

Assim a professora Gladys Barreyro (EACH) contextualizou a questão da avaliação docente e institucional, no debate organizado pela Adusp em 12/9. A avaliação, em tal modelo, “não é neutra, nem objetiva e depende da finalidade de quem e para que a faz, e qual o uso que será dado aos seus resultados”. Em seguida, a professora indagou provocativamente: “Ela é para controlar ou para retificar e melhorar?”.

Para a docente, “a criação de instrumentos, variáveis e indicadores responde à concepção de

mundo e aos fins da avaliação”. Nesse contexto, a proposta de “Nova CPA” buscaria “mudar a carreira docente se valendo da avaliação institucional”, fazendo com que a avaliação seja usada de forma política: “Não é apenas uma questão técnica”. Para ela, “pegou-se carona na Avaliação Institucional, para tentar legitimar-se a mudança no Regime de Carreira Docente”.

Em consonância com as críticas feitas pelas congregações à “Nova CPA”, Gladys Barreyro apontou o caráter superficial da proposta: “Sequer foi redigido um documento. Não foram formulados o diagnóstico, o histórico, a situação atual, a nova proposta, os princípios, a concepção de avaliação proposta, quais instâncias a deveriam executar, por que, quais instrumentos etc. Nós temos que elaborar nossos projetos de pesquisa, marco teórico, metodologia, prever cronogramas etc. E a USP não precisa elaborar sua proposta de avaliação institucional e docente?

Apenas formular minutas de legislação? Judicializar a questão?”.

Ela disse entender a “Nova CPA” não como “uma proposta de avaliação institucional, mas de ‘gestão da universidade a partir do ajuste docente’, em que se pretende usá-la para tentar resolver a crise econômica, produzida pela expansão de matrículas sem cumprimento da previsão de aumento de recursos”.

Crise financeira. O segundo debatedor, professor Otaviano Helene (IF), endossou as críticas à falta de diagnóstico e à “não explicitação dos problemas que se quer resolver na USP”.

Para o professor, a ameaça de deslocamento de regime docente, com redução salarial, se insere na estratégia da Reitoria de lidar com a crise financeira. “Uma das atribuições da Câmara de Avaliação Docente [CAD] é apurar, mediante sindicância, se a pessoa está cumprindo as suas atividades. Ora, as atividades precisam ser definidas num documento em que o docente

explicita quais são elas. Se você apurar, vai ver se o docente cumpriu ou não tais atividades. Evidentemente, nem tudo pode dar certo”.

Segundo ele, pode nem ser necessário cancelar o contrato do docente, porque quando se abre uma sindicância, o próprio docente, constrangido, pode solicitar a alteração do seu regime de trabalho.

Tal proposta “é muito menos um processo de avaliação docente ou institucional, e muito mais um programa de centralização mediante controle”. As possíveis sanções estabelecidas pelo Regimento Interno da CPA seriam formas de pressionar o docente para que ele tenha seu cargo rebaixado (de RDIDP para RTC ou RTP). A ameaça de rebaixamento seria uma forma de diminuir os gastos com a universidade (reduzindo a folha salarial), pela via da precarização: “Um professor em RTP custa 1/6 do que custa um em RDIDP. Então, em vez de a Reitoria contratar um docente em RDIDP, ela pode contratar seis em RTP”.

Representantes de categoria no Co apontam graves inconsistências

Para debater a “Nova CPA” e o “Estatuto do Docente”, a Adusp convidou os representantes de categoria junto ao Conselho Universitário (Co). Atendendo a esse convite, os professores Marcílio Alves (EP) e José Renato Araújo (EACH), respectivamente representante suplente dos professores associados e representante titular dos professores doutores no Conselho Universitário (Co), participaram da mesa realizada em 15/9. O representante dos professores titulares justificou a ausência.

“É um documento mal preparado e mal concebido. Tem erros de lógica”, sintetizou o professor Marcílio. “De modo geral as opiniões são sempre contrárias a esta CPA do modo como está”, admitiu, referindo-se à lista eletrônica dos professores associados. Ressaltou, porém, que a maioria é favorável a um processo de avaliação e destacou que vem conversando sobre o assunto com a representante titular dos associados, professora Simone Hage (FOB), e que procura encaminhar a questão em comum acordo com ela

e, na medida do possível, em diálogo com os cerca de 1.200 docentes que representam.

O professor preferiu não revelar como se posicionará no Co, na eventualidade de vir a substituir a professora Simone e caso o projeto seja posto em votação. Fez, porém, uma série de críticas ao projeto da Reitoria. Destacou aspectos como a subjetividade dos textos da “Nova CPA”, que exige dos porta-vozes da Reitoria, quando chamados a explicá-los, interpretação ou remissão a outras fontes: “A proposta da Reitoria deve ser votada pelo que está escrito e não pelas intenções da equipe, ou suposições. Você pede onde está um determinado artigo e ele não está bem lá”.

Mais grave ainda seria a centralização num pequeno grupo: “A avaliação bem feita não pode ser realizada por nove pessoas”, disse a respeito da Câmara de Avaliação Docente (CAD). “Esse é o ponto mais fraco. Serão 1.200 docentes avaliados por ano, vinte e cinco a trinta avaliados por dia. Mas a comissão também vai deliberar so-

bre liberações, renovação de contratos”, observou.

“Minha tendência atual é votar contra a proposta, não só por minha posição pessoal, mas pelo que estou ouvindo dos colegas”, declarou o professor José Renato, que representa no Co mais de 3.000 professores doutores. Ele resumiu no debate o relato, que já publicara no seu blogue, acerca de reunião com a “comissão dos sete” (autora da proposta de “Nova CPA”), para a qual foi convidado pela Reitoria, juntamente com os demais representantes de segmentos docentes no Co.

Baseando-se no que ouviu na reunião, o representante dos professores doutores acredita que a “comissão dos sete” dificilmente fará mudanças na forma de composição da nova estrutura: “Ao colocarem que o Co vai indicar outros membros, eu disse claramente que a decisão do Co é quase sinônimo de decisão do reitor”. Considera, no entanto, que a Reitoria trata a questão como “inegociável”. Abordou também a ameaça de punições aos docentes,

destacando o receio manifestado por colegas em relação à mudança de regime de trabalho. Enquanto, na citada reunião, foi negada essa intenção, no debate realizado na EACH o professor Vitor Wunsch admitiu a possibilidade.

Foi “a primeira vez que me chamaram para explicar algo que seria votado no Co”, registrou, lembrando que a Reitoria precisa de maioria qualificada para aprovar essa proposta e busca conquistar votos no colegiado. “O reitor não está conseguindo. Se tivesse maioria, ele já teria votado”, afirmou, após comentar a indefinição de uma data para votação: “O silêncio para mim é significativo”.

Depois de assinalar que, embora considere interessantes alguns aspectos da proposta, “é impossível votar a favor, pois a centralização é excessiva”, o professor José Renato citou a colega da EACH, Gladys Barreyro, para deplorar que uma universidade do porte da USP “não tenha nenhum especialista em avaliação na comissão”.

Eleição na FFLCH mostra necessidade de mudar procedimentos anacrônicos

Na última semana de agosto, aconteceu a eleição de diretor e vice-diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), uma das unidades da USP onde existe a tradição de que uma consulta à comunidade preceda a votação pelo colégio eleitoral. Houve duas chapas inscritas: a dos professores Osvaldo Coggiola e Tânia Macedo e a dos professores Maria Arminda do Nascimento Arruda e Paulo Martins.

Durante o primeiro semestre, a FFLCH tinha sido cenário de situações tensas, que incluíram a ocupação e bloqueio de prédios, das quais a comunidade conseguiu sair mediante soluções negociadas. Nesse contexto, a significativa participação de votantes no processo eleitoral revelou um anseio

de diálogo e de ampliação dos espaços de decisão democrática. Os debates e a campanha se desenvolveram em um contexto de respeito e envolvimento, sendo uma das suas expressões a existência de manifestos de apoio às chapas, assinados, cada um, por aproximadamente 120 docentes.

A consulta eletrônica contou com uma participação sem precedentes, praticamente triplicando a da eleição anterior. Votaram 48% do total dos funcionários técnico-administrativos. Entre os professores, a quantidade de votantes também se aproximou da metade enquanto, entre os estudantes, setor que sempre registra um interesse menor, o índice ficou em torno de 10%, pratica-

mente a mesma proporção que se nota nas eleições do DCE.

Tripla vitória. Na consulta, a chapa dos professores Coggiola e Macedo ganhou nas três categorias: por 159 a 153 na categoria docente, por 837 a 206 entre estudantes e por 117 a 31 entre funcionários técnico-administrativos.

A vitória nos três setores, a única que se registra na história recente da Faculdade, seria confirmada qualquer que fosse a proporcionalidade utilizada, por mais restritivo que fosse o peso dos votos de estudantes e funcionários. No entanto, no colégio eleitoral, essa chapa perdeu por três votos, 106 a 103, sendo ganhadora a chapa da professora Maria Arminda

do Nascimento Arruda e do professor Paulo Martins.

A contradição entre uma consulta que dá maioria para uma chapa nos três setores e um colégio eleitoral no qual a outra chapa é a vencedora expõe de modo nítido que o sistema de eleição indireta, bem como a proporcionalidade vigente para a representação nos colegiados estão tão esgotados que podem afastar-se inclusive do resultado obtido entre professores em uma consulta de amplíssima participação. Urge implementar, em toda a Universidade, uma composição mais democrática dos colegiados, além de estabelecer em todas as unidades procedimentos de consulta para uma participação mais ativa da comunidade local.

Congregação rejeita por unanimidade “Nova CPA” e exige esclarecimentos sobre “USP do Futuro”

Em 22/9, a Congregação da FFLCH votou por unanimidade a rejeição em bloco das novas versões das minutas relacionadas à “Nova CPA”, carreira e avaliação docente.

Também deliberou que sejam solicitados da Reitoria esclareci-

mentos sobre o projeto “USP do Futuro”, indicando ainda que seus representantes no Conselho Universitário sejam contrários à entrada da “Nova CPA” na pauta caso a Reitoria não apresente os devidos esclarecimentos sobre o projeto delegado à McKinsey.

Sintusp aguarda que Tribunal Regional do Trabalho julgue corte de ponto em 28/9

Pouco mais de dois meses após encerrarem uma greve de 67 dias, os funcionários técnico-administrativos da USP ainda travam uma batalha contra a gestão M.A. Zago-V. Agopyan. A greve, que tinha como principais pautas a luta contra o arrocho salarial e o desmonte da universidade, ganhou novos contornos quando a Reitoria, assim como em 2014, cortou o ponto dos funcionários.

Encerrada a greve em 18/7, os descontos dos salários só poderiam ocorrer até o mês de agosto, já que a paralisação terminou antes do fechamento da folha de pagamento de julho. Contudo, estão aparecendo descontos retroativos nos holerites de setembro, o que caracterizaria um novo ataque da Reitoria ao movimento grevista.

Os descontos referentes aos dias não trabalhados foram feitos pela USP porque a Justiça negou liminar para suspender os descontos.

No dia 9/9, os funcionários que tiveram os salários descontados nos meses de agosto e setembro entregaram ao Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) cópias de seus holerites, para que o departamento jurídico da entidade tomasse as providências cabíveis. O Sintusp agora aguarda o julgamento final do dissídio, marcado para 28/9, às 15h30, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP), na Consolação, onde será realizada uma vigília para acompanhar o julgamento. Além do corte de pontos, será julgado o congelamento dos benefícios, como o vale alimentação, sem reajuste há três anos.

Como desmontar a Pesquisa – qual a intenção do PIDV2?

A atual Reitoria da USP insiste em seu discurso de que há, na universidade, um número excessivo de funcionários e, com isso, pretende empregar parte substancial dos recursos ainda restantes em novo Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV2). Note-se que esse Programa obteve aprovação em reunião do Conselho Universitário (Co) em 12/07 sem prévia discussão nas unidades. Note-se ainda que diversos membros do Co compreenderam essa proposta como “não afetando” o HU, pois não atingia as categorias funcionais de médicos e enfermeiros. Muito ao contrário, o PIDV2 revelou-se como mais um potencial golpe à sobrevivência desse hospital, não apenas como prestador de atendimentos médicos, mas como produtor de ensino e pesquisa, em diversas áreas, inclusive em levantamentos internacionais, como o projeto Elsa. Terminado o prazo de adesão, constatou-se que mais de 20% dos funcionários do HU potencialmente elegíveis para o PIDV2 (da ordem de 80 em 400) se inscreveram no programa.

Universidades que realizam pesquisas em tantas áreas com componentes experimentais, como foi, desde o começo a

USP, necessitam de importante apoio técnico (da ordem de 3 a 5 estudantes por funcionário técnico-administrativo, enquanto que atualmente na USP esse número é por volta de 6).

Seria inadmissível, em qualquer organização, apresentar novo Programa de Incentivo à Demissão sem fazer um levantamento preciso e produzir o respectivo diagnóstico das consequências do PIDV1! Em toda a USP, em 2014, demitiram-se profissionais altamente qualificados, sem um correspondente prazo de treinamento para potencial substituto - isso afetou áreas de pesquisa, em particular aquelas que se apoiam em informações experimentais, com consequências irreparáveis.

O Co precisa cobrar esse diagnóstico, antes de dar encaminhamento a quaisquer outras providências quanto a demissões, “voluntárias” ou não. Antes de tudo, é inadmissível que se empregue dinheiro adicional, além daquele que o Co já havia colocado à disposição para esse tipo de programa. O desmonte adicional precisa ser interrompido: **conselheiro vote não a qualquer pretensão de ampliação de recursos para o PIDV2!**

PEC 241 torna inconstitucional o desenvolvimento social e cultural do país

A proposta de emenda constitucional (PEC) 241, de 15/6/2016, ora em análise no Congresso Nacional, limita durante 20 anos o crescimento dos gastos públicos à correção da inflação. As consequências podem ser enormes, pois anularia, na prática, todos os efeitos positivos das vinculações de recursos constitucionais com saúde, educação e ciência e tecnologia, duramente conquistados.

A redação da PEC relativa à redução de gastos com saúde e educação é clara: “A partir do exercício financeiro de 2017, as aplicações mínimas de recursos a que se referem o inciso I do § 2º e o § 3º do art. 198 [investimentos em saúde de pelo menos 15% da receita líquida da União e exigência de lei complementar que avalie os percentuais das arrecadações estaduais e municipais a serem destinados à saúde] e o caput do art. 212 [investimentos em educação de, no mínimo, 18% no caso da União e 25% no caso de estados e

municípios], ambos da Constituição, corresponderão, em cada exercício financeiro, às aplicações mínimas referentes ao exercício anterior corrigidas na forma estabelecida pelo inciso II do § 3º e do § 5º do art. 102 [pelo IPCA do IBGE] deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Na hipótese de os próximos 20 anos serem equivalentes aos últimos 20 anos (os quais registraram um crescimento real do PIB e da arrecadação pública próximo de 70%, já incluída a estimativa de decréscimo de 3,8% em 2015), os investimentos públicos poderão cair cerca de 40% em relação ao PIB, em todos os setores, ao serem estes limitados apenas à correção da inflação.

Os investimentos diretos em educação, atualmente pouco superiores a 5% do PIB, cairão para cerca de 3% do PIB, um padrão que nos remete àquele do final da década de 1990, um retrocesso inaceitável. A criação de um referencial dos gastos em educação baseado no

PIB, parcialmente já incorporado à Constituição, e a definição desse valor em 10%, como consta das metas do Plano Nacional de Educação, não terão mais nenhuma validade.

Assim, caso a PEC seja aprovada e a limitação dos gastos públicos seja aplicada em cada setor e ente federado, como é intenção já declarada por seus defensores, os 9,57% do ICMS destinados às universidades estaduais paulistas também poderão perder valor em relação ao PIB estadual e até em relação ao próprio imposto estadual. De fato, ainda que o ICMS cresça além da inflação nos próximos 20 anos, como ocorreu nos últimos vinte, esse crescimento poderá não ser repassado às universidades, por configurar ato inconstitucional.

Não apenas a educação perderá. A previsão constitucional de investimento de no mínimo 15% da receita corrente da União em saúde deixará de valer. Não importa se a população cresce, se o PIB cresce, se a arrecadação cres-

ce ou se novas tecnologias vierem a exigir: o crescimento dos gastos estará limitado ao IPCA.

As Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) também terão suas participações no PIB fortemente reduzidas: se hoje a Fapesp, por exemplo, tem um orçamento da ordem de 0,07% do PIB paulista, em vinte anos poderá ter sua participação no PIB reduzida para 0,04%. Evidentemente, os demais recursos públicos para ciência e tecnologia também sofrerão redução em relação à economia nacional, mesmo que não sejam vinculados a arrecadações públicas.

Caso a PEC 241 seja aprovada, governo algum precisará procurar desculpas para não responder às demandas por educação, saúde, C&T, justiça, segurança, previdência etc.: aumentar os recursos para essas coisas será simplesmente proibido pela Constituição.

Em resumo, a PEC 241 fará com que o desenvolvimento social e cultural do país seja inconstitucional.

Repúdio ao processo de *impeachment* e à repressão às manifestações de oposição ao governo Temer

Desde a sua reorganização, no difícil período da ditadura militar, a atuação da Adusp, entidade de representação dos docentes da USP, caracterizou-se pela luta por democracia, pela defesa intransigente dos direitos humanos e pelo posicionamento firme contra a imensa desigualdade social que persiste no país.

Coerente com essa trajetória, a Diretoria da Adusp manifestou-se contrária ao *impeachment*, em nota de dezembro de 2015, não por razões de cunho partidário ou governista, mas por entender que o processo todo estava sujeito a manipulações por grupos de interesse, cujas agendas políticas encontravam-se muito distantes das necessidades da maioria da população. Além disso, a nota pontuava que o instrumento legal de *impeachment*, usado de modo indevido, deixava de ser um mecanismo de defesa da democracia, para tornar-se um meio de fragilizá-la, colocando em risco o proces-

so de amadurecimento das práticas democráticas no país.

A partir da decisão do Senado em 31/8, a Diretoria da Adusp entendeu por bem reafirmar seu repúdio à materialização desse *impeachment*, com contornos de golpe de estado, que trará consequências ainda mais graves ao exercício dos direitos sociais, civis e políticos, como já se evidencia, por exemplo, nas anunciadas reformas da previdência e trabalhista e na proposta de congelamento e desvinculação de recursos públicos para a saúde e a educação.

A Diretoria da Adusp alerta, ainda, que é inaceitável a escalada de repressão e violências das polícias militar e civil, que se instalou em São Paulo e em outros estados, contra a população e manifestantes, que legitimamente se mobilizam em oposição ao *impeachment* e à investidura presidencial de Michel Temer.

São Paulo, 14 de setembro de 2016

Diretoria da Adusp

Em atenção a colegas que se manifestaram contrariamente à nota da diretoria, reproduzimos abaixo resposta a eles encaminhada:

Prezado(a) colega,

Em primeiro lugar, agradecemos pela sua mensagem: críticas, sugestões e questionamentos, invariavelmente, contribuem para o avanço e aprimoramento do trabalho da nossa entidade.

Respeitando seu ponto de vista, gostaríamos de reiterar algumas questões importantes com respeito à nossa atuação. A Adusp não possui nenhuma vinculação partidária, mas suas diretorias são eleitas com um programa político que orienta suas ações, referendado pela categoria nas urnas. No programa da atual gestão, consta a defesa intransigente de princípios e práticas democráticas na USP e no conjunto da sociedade brasileira.

Além disso, vale ressaltar que a categoria, reunida em as-

sembleias gerais convocadas pela Adusp ao longo do primeiro semestre, também expressou, em duas ocasiões, a necessidade de a entidade manifestar-se publicamente contra o *impeachment*, o que foi discutido e aprovado.

De acordo com esses pressupostos, a nota da diretoria não tinha por objetivo a defesa de um determinado governo ou partido, mas a manifestação de repúdio a um processo, eivado de dúvidas e questionamentos jurídicos e políticos.

Evidentemente, a Adusp, como demonstra toda a sua trajetória, defende toda e qualquer iniciativa que vise a investigar e punir atos de corrupção realizados por pessoas públicas, independentemente de filiação partidária e/ou orientação política, às quais possam estar ligadas.